

# O MARXISMO-SOCIALISMO COMO IDEOLOGIA POLÍTICA DO PAIGC NOS PERÍODOS DE LUTA ARMADA E PÓS-INDEPENDÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU (1956-1980)<sup>1</sup>

Fernando Colonia<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa como a ideologia marxista-socialista foi movimentada pelo Partido para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) durante a luta armada de libertação contra a colonização portuguesa e após a independência da Guiné-Bissau, de 1956 a 1980. Por outro lado, o artigo procura compreender o contato e a influência de Amílcar Cabral, fundador e líder do PAIGC com o marxismo e a forma como o PAIGC movimentou esta ideologia na sociedade guineense. Para lograr esse objetivo, utilizou-se de método qualitativo através das técnicas de revisão bibliográfica, a partir de livros, artigos. Concluiu-se que o PAIGC não foi um movimento marxista-socialista ortodoxo, mas sim um partido de inspiração marxista-socialista, tendo se utilizado desse pensamento, no primeiro momento, para criar uma ideologia de luta para a libertação da Guiné e Cabo Verde da colonização e assim construir uma sociedade mais justa, sem a exploração do homem pelo homem. Num segundo momento, no período pós-independência, o PAIGC utilizou-se do socialismo para governar o país sob um regime de partido único, no qual o partido se confundia com o Estado.

**Palavras-chave:** Cabo Verde - História - Movimentos de autonomia e independência. Guiné-Bissau - História - Movimentos de autonomia e independência. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Socialismo - África.

## ABSTRACT

This article analyzes how the Marxist-socialist ideology was moved by the Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) during the armed liberation struggle against Portuguese colonization and after the independence of Guinea-Bissau, from 1956 to 1980. On the other hand, the article seeks to understand the contact and influence of Amílcar Cabral, founder and leader of PAIGC with Marxism and the way in which PAIGC moved this ideology in Guinean society. To achieve this objective, a qualitative method was used through bibliographic review techniques, based on books and articles. It was concluded that the PAIGC was not an orthodox Marxist-socialist movement, but rather a Marxist-socialist inspired party, having used that thought, at first, to create an ideology of struggle for the liberation of Guinea from colonization and so build a more just society, without the exploitation of man by man. Secondly, in the post-independence period, the PAIGC used socialism to govern the country under a single party regime, in which the party was confused with the State.

**Keywords:** African Independence Party of Guinea and Cape Verde. Cape Verde - History - Autonomy and independence movements. Guinea-Bissau - History - Movements of autonomy and independence. Socialism - Africa.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

<sup>2</sup> Licenciando em Ciências Sociais e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o envolvimento do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Lopes Cabral, em 1956, com o marxismo-socialismo. Ou seja, o artigo procura entender a forma como o PAIGC movimentou o marxismo-socialismo durante o período da luta pela independência dos dois países, assim como nos primeiros momentos no pós-independência 1956-1980. Para melhor entendimento desse contato/relação, analisou-se alguns eventos anteriores ao surgimento do próprio movimento

O artigo está dividido em três (3) sessões e considerações finais. A primeira sessão aborda **Socialização política de nacionalistas africanos nos anos 1950/60**, a partir da qual procura compreender os fatores que contribuíram para a tomada de consciência dos líderes africanos contra a colonização portuguesa, especialmente como esse contexto social influenciou a formação de Amílcar Cabral como líder revolucionário. Destaca a importância da Casa dos Estudantes do Império (CEI) dentro do processo de socialização dos líderes africanos, Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em especial.

Segunda sessão: **Conjuntura política internacional e surgimento de PAIGGC**, analisa o impacto dos acontecimentos internacionais na política do Estado colonial, e como isso contribuiu para criação/fundação do PAIGC por Amílcar Cabral em 1956. Igualmente, procura entender o impacto da “guerra fria” na escolha do modelo ideológico que o partido seguiria. Por outro lado, analisa a forma como a participação dos africanos na “II Guerra Mundial” contribuiu de alguma forma no aumento da consciência dos africanos, no que diz respeito a sua igualdade do Homem branco.

Por último, a terceira sessão: **O marxismo-socialismo do PAIGC**, estuda a relação do PAIGC com marxismo-socialismo, como se apropriou desse pensamento e o adequou ao contexto guineense com muito êxito, pelo menos por um tempo (durante a luta e os primeiros governos até a década de 1990), identifica a proximidade existente entre marxismo-socialismo com as realidades africanas. Mostra a posição socialista do partido, no período pós-independência, caracterizado pelo centralismo democrático e democracia revolucionária. Mostra como se deu o rompimento entre os dois países, em 1980, em consequência de primeiro golpe de Estado pós-independência dos respectivos países.

## 2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DE NACIONALISTAS AFRICANOS NOS ANOS 1950/60

A presença europeia no continente africano nunca foi aceita pelos africanos de modo pacífico, isto é, a chegada e permanência europeia no continente durante os processos de tráfico de escravizados e da colonização, não se deve a passividade destes, muito pelo contrário, eles enfrentaram essa invasão de maneira corajosa e permanente. Existe uma vasta literatura falando sobre as mais diversas revoltas promovidas pelos africanos desde os primeiros contatos com os pretensiosos “civilizadores”. No caso em debate, o de atualmente conhecido como Guiné-Bissau, ora Guiné portuguesa, não foi diferente, de acordo com Santos e Silva (2014) desde os contatos iniciais com os portugueses no século XV, houve sempre resistência por parte dos donos da terra.

Todavia, a luta encabeçada e protagonizada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que teve como líder e ideólogo Amílcar Lopes Cabral, e que conseguiu lograr a independência dos dois países (Guiné e Cabo Verde), em 1973/1975, teve uma história particular, em certa medida.

É sobre essa particularidade na formação do Amílcar Lopes Cabral enquanto nacionalista e revolucionário africano, e do PAIGC enquanto instrumento de luta que iremos nos debruçar de modo a compreender de onde vieram as especificidades deste partido e do seu expoente máximo em comparação com as tentativas de emancipação anteriormente promovidas por outros grupos de pessoas.

As revoltas promovidas anteriormente por parte dos donos da terra, desde a chegada de Nuno Tristão<sup>3</sup> eram fragmentadas. Não havia uma unidade entre os revoltosos contra a presença portuguesa, muito menos uma ideologia nacional de luta. A citação subsequente endossa a tese de que houve sim várias revoltas (fragmentadas) antes da liderada pelo PAIGC que culminou na independência dos dois países.

[...] Ainda relativamente à Guiné e ao mesmo período, João Freire, na sua mais recente obra *A colonização portuguesa da Guiné 1880-1960*, na qual dedica um capítulo às “revoltas nativas e operações militares...”, corrobora péssimo, aliás fonte destacada da sua investigação, assinalando 76 eventos e campanhas de guerra, que faz questão de distinguir entre 13 “grandes e 63 “pequenos”. Só se concluíram em 1936, com a campanha de Canhabaque, no arquipélago dos Bijagós. Apenas 27 anos depois iniciava-se a guerra colonial na Guiné. (CORREIA, 2017, p. 47)

---

<sup>3</sup> Nuno Tristão foi um navegador português do século XV, explorador e mercador de escravos na costa ocidental africana. Foi o primeiro europeu que se sabe ter atingido o território da atual Guiné-Bissau, iniciando entre os portugueses e os povos daquela região um relacionamento comercial e colonial que se prolongaria até 1974. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno\\_Trist%C3%A3o/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Trist%C3%A3o/) Acesso em: 19/01/2020

Vale salientar que o PAIGC foi fundado de acordo com Gomes (2010) por elites crioulas da Guiné e de Cabo-Verde. Cardoso (2002) apud Carvalho (2016, p. 45) acrescenta que foi uma “meia dezena de pessoas, na maioria delas cabo-verdianos (as) e descendentes que tiveram a oportunidade, por um lado, de ter um nível acadêmico aceitável e, por outro, de ter uma convivência muito próxima com o colonizador”

O ideólogo do PAIGC, Amílcar Cabral soube e teve condições para lidar com a questão de fragmentação das lutas, zelou pela unidade nacional não só entre diferentes grupos sociais/povos, mas também dos cabo-verdianos em torno da bandeira/pauta de libertação nacional, assim como se empenhou na construção de uma ideologia que regeria a tão decisiva empreitada de lutar contra o sistema que dominava os dois territórios há séculos, e que tinha toda uma estrutura de poder consolidada. Há literaturas que apontam que Cabral não foi o primeiro a criar um movimento anticolonialista em Bissau, “aquando da sua estadia, ele tem conhecimento do MING (Movimento para a Independência da Guiné), “dirigido por Rafael Barbosa e constituído por intelectuais e assalariados, que fora criado em 1955, ao qual se une” (SILVA, 2016, p.55).

Para entender como foi gerado o sucesso do PAIGC e conseqüente brilhantismo do Cabral, ou vice-versa, precisaremos entender como se deu a formação do nacionalismo africano e do Cabral em particular. Em busca deste entendimento, debruçaremos sobre algumas questões e circunstâncias que entendemos que ajudou bastante na formação do pensamento político dos líderes nacionalistas africanos. Em alguns momentos a nossa análise será direcionada aos dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especialmente a do pai da nacionalidade guineense.

Na sua obra “Origens do nacionalismo africano-continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961”. O intelectual e nacionalista africano Mário Pinto de Andrade (1997)) esmiúça a origem da construção do pensamento nacionalista africano, das colónias portuguesas particularmente. É esse nacionalismo que em última análise vai resultar nas lutas pelas independências empreendidas pelos movimentos independentistas das décadas de 50 e 60. Destacou a importância da criação do jornal “O Negro” e a grande contribuição deste na circulação de informações que exigiam a libertação ou pelo menos o respeito à dignidade Humana dos africanos, das colónias portuguesa em especial, de modo a criar ou despertar uma consciência coletiva em torno dessa pauta. Andrade (1997).

Nas palavras do autor, consta o seguinte “Em fase com as aspirações nativistas locais, o ideário protonacionalista elabora-se a partir do lançamento do jornal *O Negro*<sup>4</sup>, em 1911, e falece nos inícios dos anos 30” (ANDRADE, 1997, p. 77). A longevidade desse jornal ou do próprio protonacionalismo enquanto precursor do nacionalismo africano importa muito pouco para o que nos interessa. Tendo em vista que o nosso empenho nesse assunto é analisar o que o jornal veiculava à época, na tentativa de despertar a consciência crítica dos africanos e dos próprios europeus em relação a dominação colonial em que os africanos se encontravam.

O jornal *O Negro* foi fundamental não só na propagação do pensamento protonacionalista, mas também na sua criação, como se pode perceber na fala do autor supracitado que, aliás, mostra que os dois se coexistem. Por protonacionalismo entende-se o período histórico que antecipa as lutas pelas independências dos países africanos, é o período que pavimentou o caminho para o surgimento de movimentos independentistas a posteriori. Tendo em vista a sua ambiciosa pretensão de emancipar o povo negro das colónias portuguesas em especial, o jornal propagava manchetes que corroborava essa pretensão.

Em seguida, como forma de robustecer a nossa tese inicial que coloca o protonacionalismo como precursor do nacionalismo africano, e de ampliar a compreensão do leitor, no tangente aos discursos dos protonacionalistas veiculados pelo *O Negro*, traremos algumas publicações do referido Jornal.

Cremos ter chegado para todos nós, velhos ou crianças, adultos ou novos, o momento azado para reflectirmos: não queremos continuar a ser enganados, porque estamos fartos de pagar, estamos fartos de tutores, de salvadores e senhores e tudo que aspiramos é aprender a orientar as nossas ideias e a libertarmo-nos de todas as formas de tirania e exploração com que nos têm escravizado, esmagando em nós todas as energias de inteligência e todas as manifestações de vida social. (O Negro apud ANDRADE, 1997, p. 79)

Trata-se da primeira publicação do jornal, e já vem deixando bem explícita a insatisfação generalizada entre os colonizados, isto é, a insatisfação perpassava todas as camadas da sociedade negra colonizada, desde as crianças até aos velhos, com o regime colonial que se vivia no continente. Deixa claro desejo de retomada do seu próprio destino, coisa que Cabral vai reivindicar várias vezes durante a luta e, especialmente no seu célebre discurso de novo ano, em janeiro de 1973, a capacidade de tomarmos as nossas decisões de maneira autônoma que nas palavras dele aparecia como “*caminhar com nossos próprios pés e guiado pela nossa própria cabeça*”.

---

<sup>4</sup> O Negro, órgão dos estudantes Negros. Director: J. Cunha Lisboa; redactor principal: Arthur Monteiro; Editor: Ayres Menezes; propriedade da Liga Académica Internacional dos Negros e empresa O Negro. O jornal dispõe de agentes e correspondentes em todas as colónias, América do Norte, na Europa (Inglaterra, Alemanha, França e mesmo na Rússia, em S. Petersburgo). (ANDRADE, 1997, p. 79)

O trecho ainda denuncia a estratégia perversa da escravidão que coloca no escravizado um sentimento de inferioridade, e a partir disso as suas ações são controladas pelo seu senhor sem precisar muitas das vezes de uso da força bruta. Olhando para esse trecho revolucionário do jornal, fica evidente que a ideia dos redatores dessas manchetes era enfrentar o sistema, conscientizar a massa e promover a emancipação do povo negro.

O nosso jornal apenas visa um fim: moralizar, cauterizar todas as chagas, bisturizando todos os cancros que impedem o triunfo da nossa raça. Para a honestidade e a dignidade teremos sempre palavras sinceras de simpatia e de solidariedade. Para a infâmia, para crime e a inquietude, teremos sempre palavras indignadas de justiça implacável. (O Negro apud ANDRADE, 1997, p. 85)

Fica evidente o comprometimento do jornal com a causa negra, com uma linguagem metafórica os redatores deixam claro que a investida do movimento não se resumia apenas a libertação física dos negros, mas o mesmo se pretendia igualmente tratar da questão moral e psicológico dos mesmos. Ou seja, os intelectuais do protonacionalismo estavam preocupados com questões mais complexas e profundas do colonialismo, como por exemplo a alienação do Homem negro, algo que só a libertação física não resolve. O jornal reitera a posição firme contra os abusos do regime que maltratava a população negra das colónias portuguesas e não só.

O protonacionalismo vai assim preparar o caminho, como já aviamos afirmado, para as próximas gerações dos estudantes negros na Europa, principalmente para os estudantes PALOP que posteriormente se mudariam para metrópoles em busca de formação superior, e encontra uma Europa já fertilizada pelo protonacionalismo que reivindicou a liberdade dos negros e igualdade entre as “raças” décadas antes. Deste modo percebe-se a grande importância desse movimento na construção do que Andrade (1997) chama de “nacionalismo africano”, que podemos entender como a tomada de consciência dos africanos da necessidade de uma luta pela independência do jugo colonial, e por outro lado, o seu engajamento em incutir na mente dos mesmos a confiança na própria capacidade de tomar suas decisões, assumindo o protagonismo absoluto do destino de suas vidas.

## 2.1 A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO E A DIÁSPORA ESTUDANTIL AFRICANA EM PORTUGAL

Um outro fator que merece a nossa atenção dentro do propósito de analisar a formação ou a socialização das ideias independentistas entre os líderes revolucionários africanos, e Cabral enquanto líder do PAIGC em particular, é a criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI),

em 1944, que segundo Ferreira (2013) foi pensada e criada como uma extensão da política imperial do Estado Novo<sup>5</sup>. Ainda de acordo com o mesmo autor, Ferreira (2013), a criação da CEI, que na verdade foi uma fusão de várias associações/casas de estudantes já existente, por parte do governo colonial, deve-se ao fato desse achar que a dispersão dos estudantes que chegavam à metrópole oriundos de diversos países com objetivo de fazer curso superior dificultava o rastreo e controlo dos mesmos.

A citação que se segue explicitará melhor o contexto da criação dessa casa, bem como o seu verdadeiro propósito:

[...] Assim, no dia 3 de julho de 1944, num encontro das várias casas de estudantes patrocinado pelo Ministério das Colónias, o Ministro Vieira Machado formaliza a proposta de fusão de todas essas associações na Casa dos Estudantes do Império. [...] Segundo o próprio, significava a construção de uma “mentalidade nacional mais profícua”. Nesta reunião estava também presente Marcelo Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, que num discurso em janeiro de 1945 viria a afirmar que o governo esperava que a casa contribuísse “para o triunfo do espírito português, trabalhando em prol da formação colonial da juventude”. (FERREIRA, 2013, p. 460)

A verdade é que a CEI sendo estratégia do governo colonial para colocar na cabeça desses jovens estudantes, o sentimento de ser ou pertencer de algum modo a Portugal, como forma de conter possíveis revoltas por parte destes, ou de evitar que aderissem a outras revoluções que estavam acontecendo na Europa e na América como Negritude e Pan-africanismo que estavam interpelando a colonização dos países africanos e do Caribe já há muito tempo, não funcionou. Muito pelo contrário, o lugar que foi pensado para “domesticar” os sentimentos de africanidade e europeizar os que por ali passariam, acabou servindo a um propósito literalmente oposto.

A participação da diáspora negra no processo de luta contra o sistema de dominação branca e conseqüentemente pela independência dos países africanos e do Caribe, foi extremamente importante como se pode perceber até o momento. De acordo com as experiências descritas, e o reconhecimento desta contribuição por parte dos africanos é necessário. Aliás, quem chama a nossa atenção a isso é o N`krumah.

Não esqueçamos jamais que eles são dos nossos [os negros da diáspora]. Estes filhos e filhas da África, arrancados de nossas margens, não esqueceram os laços que os unem à terra dos seus ancestrais [...]. Eles combatiam pela igualdade das nações e raças na África, bem anteriormente a que muitos entre nós tenham sequer tomado consciência do nosso rebaixamento [...]. Agora que nós, africanos, conquistamos a

---

<sup>5</sup> Estado Novo foi o regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de abril de 1974. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_Novo\\_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Portugal))/ Acesso em: 12/01/2020

nossa independência, eles deveriam poder encontrar um poderoso amparo para alcançar o pleno reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país. (NKRUMAH, 1958. Apud HARRIS & ZEGHIDOUR, 2010, p. 850)

Retomando o assunto da casa dos estudantes do império, que também foi um espaço fora do continente. De acordo com Castelo (2011, p.1) ela se mostrou rapidamente “um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial entre jovens oriundos das colônias a estudar em Lisboa”. Este autor foi muito mais incisivo na sua colocação sobre a contribuição de CEI, ou melhor, a sua não contribuição para os interesses da colônia, mostrando o seu desvio desde os seus primeiros momentos, indo de encontro aos desígnios que motivou a sua criação.

[...] O regime do Estado Novo esperava que a CEI contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colônias; ao invés, desde cedo, despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados. (CASTELO, 2011, p. 2)

A frustração do regime com relação a esse investimento, só vai aumentando com o passar do tempo, porquanto esse espaço vai se distanciando cada vez mais dos interesses da colônia e se transformando em um verdadeiro lugar de fabricação de futuros resistentes da colonização. Espaço onde os textos de Negritude e pan-africanismo se tornarão partes dos debates que os estudantes promoviam como forma de partilha de conhecimentos entre eles, prática não atípica entre os estudantes, principalmente daquela época de recrudescimento de discursos anticolonialistas.

A CEI, de fato, nos ajuda a compreender de maneira muito mais fácil tudo que tentamos traçar ao longo do artigo, que é a maneira como se dava a socialização das ideias anti-imperialistas e revolucionárias dos líderes africanos, dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial. Ela nos traz com detalhes precisos e contundentes através da vivência dos estudantes, a forma como os estudantes que lá se encontravam se relacionam, olhando para suas experiências fica quase impossível pensar um outro destino para esses estudantes que não fosse enfrentar o sistema colonial em seus respectivos países assim que voltassem dos estudos.

Na passagem dos anos 40 para os anos 50, a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial, por onde passam e “se formam” futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos. (CASTELO, 2011, p. 9)

É evidente que o número de jovens estudantes africanos que passaram por esta casa é infinitamente superior a este. Entretanto, dos nomes aventados acima pelo autor, percebe-se que todos eles acabaram se tornando, no futuro, grandes líderes da revolução anticolonialistas de seus respectivos países. Por esta razão, trago nomes e depoimento de outros grandes figuras que passaram por CEI e qual memória têm desse local de extrema importância na formulação e gestação da geração independentista dos PALOP. Amílcar Cabral e Vasco e Cabral são dois guineenses que fazem parte desses jovens que passaram pela CEI e Pedro Pires de Cabo-Verde.

Tomás Medeiros, médico e escritor são-tomense, director da Mensagem (1959-1960), afirma: “Foi lá que aprendi a ser homem; foi lá que aprendi a reconhecer as realidades do meu país; foi onde aprendi a ser solidário; foi lá que aprendi a lutar por um ideal. Jorge Querido, engenheiro cabo-verdiano, activista da CEI de Lisboa, preso no Aljube em 1961, refere-se à CEI como: um dos poucos oásis de democracia e de liberdade que ainda sobreviviam no vasto deserto colonial-fascista; era um corpo vivo, uma autêntica instituição de educação informal que contemplava e orientava a formação de estudantes africanos, inculcando-lhes valores como os de liberdade, de democracia, de tolerância e, sobretudo, a nós africanos, despertava-nos para a nossa própria identidade e ensinava-nos como combater a alienação mental e cultural provocada por séculos de dominação colonial.(CASTELO, 2011, p. 15)

Os dois depoimentos não deixam margens para dúvidas sobre o papel importantíssimo da Casa dos Estudantes do Império na vida dos que por ali passaram. A fala dos dois conflui em reconhecer o carácter educativo e revolucionário desse espaço, ambos saíram de lá, assim como muitos outros, transformados, não para servir o sistema, mas sim para se insurgir contra ele. Existe uma semelhança na experiência de muitos dos jovens que passaram pela CEI com muitos de jovens africanos de PALOP que estão estudando na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no que concerne à tomada de consciência da africanidade e da sua alienação enquanto africano.

Ao longo de anos na UNILAB tenho visto a transformação de um número muito grande de jovens no que diz respeito a sua concepção de ser africano, assim como da relação entre a África e Europa, são jovens que adentraram a Universidade com um nível de alienação muito grande, que concebiam a escravidão e a colonização dos africanos, assim como a atual subdesenvolvimento do continente como sendo provas da falta ou total ausência de inteligência dos mesmos em comparação com os europeus.

No entanto, com o passar do tempo começam-se a dar conta dessa alienação, por um lado graças à política da própria instituição, que tem um viés contra-hegemônico. Por outro lado, entendo que essa mudança de visão e consequentemente de posição política e ideológica, deve-se também ao convívio entre colegas, que partilham diferentes compreensões de textos e de situações, isso acaba forjando uma nova visão da realidade.

Dentro deste processo de socialização e formação dos líderes revolucionários africanos, não se pode esquecer do pan-africanismo, que é também um movimento que teve início na diáspora, concretamente nos Estados Unidos da América, nos anos 1900, inicialmente. No seu início se dedicava a lutar pelo reconhecimento e integração do negro na sociedade norte-americana, mas ao longo dos anos foi ampliando seus objetivos, ou seja, o pan-africanismo não se restringiu apenas as questões do negro na diáspora, ele acabou abraçando as pautas de independências dos países africanos, por isso Scherer (2016), chama a nossa atenção de que o pan-africanismo:

Não deve ser entendido como um bloco monolítico único, pois passou por diversas fases, sendo que cada uma delas serviu para o acúmulo de formulações que levaram ao seu desenvolvimento, cada etapa incorporando elementos das anteriores, sem negar por completo suas formulações precedentes, mas ampliando-as. De modo geral, pode-se delimitar a primeira geração de pan-africanistas por volta de 1900, quando Henry Sylvester Williams propunha a defesa dos negros de todo o mundo sujeitos às diferentes formas de exploração. O segundo momento, em 1920, quando W. E. B. Du Bois procurou articular os negros com o objetivo de obter igualdade de direitos. A terceira geração nos anos 1940, no bojo do Quinto Congresso Pan-Africano, tem como tese central a independência dos povos africanos, destacam-se George Padmore e Nkrumah, sendo que este último iria dar ares a uma nova nos anos 1960. E a quarta geração, “que apostaria na unidade dos Estados do continente africano para lutar contra o neocolonialismo e construir o socialismo africano. (SCHERER, In: MACEDO ,2016, p. 146)

É deste modo que essa corrente de pensamento chega ao líder do PAIGC, principalmente sob a influência do seu expoente máximo no continente africano Kwame Nkrumah, que foi quem secretariou o referido quinto congresso pan-africanista de Manchester, em 1945, onde os líderes pan-africanistas deram o ultimato às potências europeias no que tange às independências dos países africanos. O mesmo Nkrumah era entusiasta da ideia de unidade africana e defendia a existência de um socialismo africano; e Cabral sob a sua influência pregava unidade entre os africanos (por isso projetou a unidade da Guiné e Cabo-Verde) e a formação de uma sociedade sem classe, quando sugeriu o suicídio da pequena burguesia guineense.

### **3 CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL E SURGIMENTO DO PAIGC**

Para compreender como se deu a criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), não se pode ignorar o entendimento do contexto internacional, assim como na seção anterior procurou-se entender como se dava o processo de socialização

dos líderes africanos, do Amílcar Lopes Cabral em especial, enfatizando sempre a diáspora no processo. O contexto internacional neste caso, vai ser de igual modo extremamente importante para o surgimento de movimentos ou partidos independentistas no continente africano, como é o caso do PAIGC, que é o objeto de análise do artigo.

A citação subsequente aventa os eventos internacionais que geraram o ambiente propício para o surgimento dos movimentos independentistas africanos.

Ao analisar a tomada da consciência política da elite africana, é inevitável estabelecer a conexão com o término da Segunda Guerra Mundial. Portanto, é no final desta, em 1945, com a derrubada do nazismo e do fascismo na Alemanha e Itália, e o desacordo entre os países vencedores, motivado pela incompatibilidade entre os sistemas comunista e capitalista, que se dá alento à autodeterminação dos povos colonizados. Nesse ensejo, vale destacar a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que postulava o princípio da autodeterminação dos povos, contemplando todos os povos colonizados. [...] Outro contexto que favoreceu a autodeterminação dos povos colonizados em articulação com a criação da ONU, é a Conferência Afroasiática de Bandung<sup>6</sup> em 1955, realizada em Nova Deli na Ásia, que reuniu diferentes correntes para a emancipação, luta contra o colonialismo e o direito a autodeterminação a todos os povos colonizados. É oportuno salientar que nesse período a maioria dos países asiáticos e alguns países africanos já haviam conquistado suas independências, mas, no continente africano, as colônias portuguesas estavam a se organizar em termos de movimentos de libertação nacional (MONTEIRO, 2013, p. 125)

O fim da “II Guerra Mundial” em 1945, que por acaso coincidiu com a chegada de Amílcar Lopes Cabral em Lisboa, foi um acontecimento muito importante para o mundo europeu que, finalmente, com a derrota do nazismo e do fascismo havia recuperado a esperança de que a Humanidade iria a partir daquele momento viver um período de democracia, liberdade e paz. Foi igualmente nesse ano, no dia 24 de outubro em São Francisco, Estados Unidos que foi assinada a carta da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual se inscreve como inalienável o direito dos povos à autodeterminação e independência.

Por outro lado, o fim da “II Guerra Mundial” foi importante para os africanos porque durante a Guerra os africanos que participaram em diferentes exércitos das potências colonizadoras perceberam que os brancos não eram melhores nem piores que eles, ou seja, a máscara de superioridade caiu, o que aumentou o nacionalismo no pós-Guerra. Além de algumas diligências que foram tomadas, principalmente as da assinatura da carta das nações Unidas onde foram tomadas algumas medidas que foram de suma importância para os

---

<sup>6</sup> **Conferência de Bandung** é o nome com o qual ficou conhecido historicamente o encontro ocorrido nesta cidade indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955 e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos, responsáveis pelos destinos de 1 bilhão e 350 milhões de seres humanos. Patrocinar esta conferência Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, e tinha como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático, buscando fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o que consideravam imperialismo, ou seja, promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos valores cultivados pelos povos em desenvolvimento. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-bandung/> Acesso em: 11.nov.2019.

movimentos de libertação dos países africanos, principalmente os da colônia portuguesa que enfrentavam um regime muito mais severa. Vejamos o que constava em um dos artigos dessa Carta

[...] Por pressão dos EUA e URSS, o documento, no capítulo 1, Artigo 1, estabeleceu ser do próprio das Nações Unidas “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal”. Assim ao mesmo tempo em que o tema da autodeterminação ganhava uma forte ênfase, as elites africanas passavam a se empenhar na escolha de estratégias eficazes, estabelecendo ações comuns, negociando também com elites políticas asiáticas, em torno dos mesmos interesses, para impedir que a obtenção da independência se dispersasse em protestos isolados. (FRANCO, 2009, p. 69)

O fim da “II Guerra Mundial” deu início a chamada “guerra fria”, que é um período histórico muito estudado por várias áreas de ciência contemporânea, devido a sua importância estratégica para os rumos que a Humanidade tomaria dependendo de quem a vencer. Este período é também muito importante para entendimento da eclosão dos movimentos independentistas, bem como a sustentação das lutas de libertação dos países africanos, principalmente dos países da colonização portuguesa, uma vez que este recusou a cedência da independência por vias pacíficas.

A bipolaridade: Estados Unidos de América (EUA) com a bandeira do capitalismo versus União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com a bandeira do socialismo, foi a marca desse período. Os dois disputavam o domínio do mundo, razão pela qual investiram em vários domínios e países em busca dessa hegemonia. É nesse âmbito que a União Soviética se tornou grande aliado dos países africanos que lutavam pelas suas independências. E o fato do socialismo pregado pela URSS parecia mais próxima às realidades das sociedades africanas, bem como o seu histórico de não ter participado na colonização em África e Américas. Assim, a luta contra colonização e capitalismo parecia uma bandeira comum entre os africanos e a URSS.

Vale salientar que esse ano (1945) foi marcado igualmente por um outro acontecimento muito importante para os países africanos, trata-se do V Congresso pan-africano, realizado na cidade de Manchester, em 1945, na Inglaterra, onde os líderes pan-africanistas em tom de ameaça aos imperialistas exigiram a emancipação imediata dos países africanos, sob pena de recorrerem vias não pacíficas em busca de tais objetivos. O referido congresso adotou um manifesto apelo aos povos colonizados.

Estamos firmemente convencidos de que todos os povos têm o direito de se governarem a si próprios. Afirmamos o direito de todos os povos colonizados a decidirem por si próprios do seu próprio destino. Todas as colônias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro, tanto política como econômica. Os povos das colônias devem ter o direito de eleger os seus próprios governos, governos livres de qualquer limitação imposta por uma potência estrangeira. Afirmamos aos povos colonizados que devem lutar por todos os meios ao seu alcance para atingir estes objetivos. (FRANCO, 2009, p.70)

Anos depois desses eventos, vários países africanos, especialmente os das colônias francesa e britânica, conseguiram se tornar “independentes” por vias “pacíficas”, por exemplo, Gana se tornou “independente” da Grã-Bretanha/Inglaterra em 1957. Até década de 1960 surgiram mais de 16 novos Estados africanos exclusivamente das duas colônias. Portugal, sob o regime fascista do Salazar, por sua vez, diante das exigências das Nações Unidas relativamente ao direito de autodeterminação dos povos, somada às exigências do pan-africanismo sobre libertação das colônias africanas, permaneceu em sua decisão de combater toda e qualquer iniciativa que pusesse em causa o seu domínio nos territórios colonizados. Essa posição deve muito ao nível de pobreza de Portugal em comparação a França e Grã-Bretanha.

Na tentativa de burlar a pressão internacional, e continuar a colonizar os territórios africano, Portugal decidiu efetuar a revisão constitucional, em 1951, e num jogo semântico “abandonou a designação de *império colonial* e adotou em seu lugar a de *Províncias ultramarinas*<sup>7</sup>. Dessa forma, o Estado se apresentou como uma “nação plurinacional” que não possui colônias. (FRANCO, 2009, p.75) Ainda segundo o mesmo autor, um ano depois dessa lei, a metrópole Portugal adotou o estatuto dos indígenas<sup>8</sup> para as províncias de Guiné, Angola e Moçambique. Com esse estatuto, Portugal reforçava o mito do “bom colonizador”, ou seja, tentava emplacar a narrativa de que, havia uma convivência harmônica entre o colonizador e o colonizado, a ponto de, se o colonizado assimilasse as culturas do colonizador, passaria a ser tratado como um civilizado. No entanto, a experiência das pessoas assimiladas depõe contra essa farsa.

Após seus anos de estudo em Lisboa, e algumas tentativas de emprego frustrados, finalmente, em 21 de setembro de 1951, Cabral decidiu voltar à Guiné, sua terra natal. Enquanto engenheiro agrônomo, ele voltou para trabalhar na administração colonial como tal, na granja

---

<sup>7</sup> **Província ultramarina** é uma divisão administrativa criada pelo Estado novo português e atribuído por este às colônias portuguesas, nomeadamente, Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Estado da Índia, Macau e Timor. A primeira colônia atribuída esta designação foi o Estado da Índia, em 1946, como forma política de evitar que Portugal nos fóruns internacionais fosse considerado uma potência colonial. As outras colônias portuguesas passaram a ter esta designação no ano de 1951, abolindo assim o conceito de Império Colonial Português. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncia\\_ultramarina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncia_ultramarina). Acesso em: 13/11/2019

<sup>8</sup> **Estatuto de indígenas**, trata-se de um conjunto de medidas que o governo colonial tomou para com os nativos, ele previa que para o nativo deixasse de ser indígena e passar a ser assimilada, e assim usufruir de que lhes eram vedados enquanto indígenas, precisava saber ler e escrever, vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses e manterem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto\\_do\\_ind%C3%ADgena/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_do_ind%C3%ADgena/) Acesso em: 15/11/2019

de Pessubé. Segundo Monteiro (2013) foi nessa circunstância que ele estabeleceu laços com o país dando início à sua vida política clandestina.

Cabral percebe os efeitos do fim da “II Guerra Mundial” dentro do continente, a partir do momento que ele percebeu que além do ambiente internacional pró-liberdade que veio na decorrência desse fim da Guerra, assim como da assinatura da Carta das Nações Unidas, havia uma esperança dentro do continente gerada por esses eventos e isso teve papel fundamental na organização para as lutas.

Um momento importante na nossa luta, ou seja, da situação do nosso país antes da luta armada, foi o fim da segunda guerra mundial. Este fator exterior trouxe uma corrente de esperança ao mundo e a nossa pequena burguesia não ficou indiferente a essa corrente de esperança. Nessa mesma altura foram para Portugal jovens das diferentes colónias portuguesas e tomaram a consciência da necessidade de se unirem perante o opressor. Esses jovens encontraram os meios necessários para se dedicarem, em conjunto, ao estudo dos seus países e começaram a pensar numa mesma via para servir seu povo. Foi um momento de grande importância que caracteriza a luta contra o colonialismo português, isto é, a luta de cada um dos povos contra o colonialismo português. [...] Um outro fator importante foi essas pessoas terem trabalhado em conjunto e terem sido capazes de regressarem aos países depois de terem terminado os seus estudos. E nos próprios países colonizados, falo principalmente no meu país, havia um grupo de jovens que começaram a ter consciência de uma necessidade de mudança. Antes de darmos início à luta armada, decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começamos por criar organizações recreativas á que era impossível nessa altura dar-lhe um carácter político. (CABRAL apud AFRONTAMENTO, 1974, p. 161)

O retorno dos jovens que constituíam a pequena burguesia ou elite guineense (do qual o próprio Cabral fazia parte) para o país após a formação na metrópole, constitui um momento muito importante para arquitetura do projeto da luta, não é por acaso que os próprios fundadores do partido que lograria a independência anos mais tarde são exatamente esses jovens. Na segunda parte de citação, percebe-se que o Amílcar enfatiza importância da capacidade desses jovens de trabalharem em conjunto após o retorno e, com os que estavam dentro do país, Guiné Bissau neste caso, mas que já tinham essa consciência anti-imperialista. O regime tinha se endurecido bastante com relação as manifestações, de modo a desencorajar qualquer que seja movimentação que pudesse provocar revolta popular contra o regime

Para se articularem em torno dessa pauta, eles precisavam ser criativos e astutos com o regime, ou seja, esses jovens burlavam a legislação colonial com a criação dessas organizações de carácter recreativas, quando que na verdade eram de cunho político e revolucionárias. Elas desempenharam um papel muito importante no processo da tomada de consciência da grande massa da população no que concerne as opressões do regime, e a necessidade de uma mobilização coletiva contra o mesmo.

Dentre várias situações de opressão, de acordo com Afrontamento (1974) se destacavam interdição de qualquer possibilidade de manifestação política, nem as reuniões, os debates, a organização política, muito menos os partidos políticos; nenhum direito sindical. Era um estado de proibição total e acompanhado de severas repressões em caso de descoberta. Essa tomada de consciência encharcada de um certo entusiasmo pela liberdade que outras colônias já tinham alcançado deu mais coragem para avançar com mais pautas até chegar na luta armada.

É nesse contexto de proibição e repressão generalizada, de absoluto descaso com a população local, enquanto o mundo celebrava e protestava mais liberdades, os países africanos de colônias francesa e britânica conseguindo suas “independência” que um grupo de africanos decidiu entrar em ação,, através da criação de um partido que enfrentaria todo o caos que colonização gerava à população.

Segundo a versão consolidada, a 19 de setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre os povos guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano da Independência (PAI). A reunião durou cerca de uma hora, foram poucos os presentes (a maioria de origem cabo-verdiana) e não há qualquer documento comprovativo. Elisée Turpin afirma que teriam sido «aprovados os Estatutos do PAI, elaborados por Amílcar», mas o testemunho de Turpin, habitualmente indicado como um dos seis fundadores, está posto em causa. (SILVA, 2006, p. 9)

Embora não seja o propósito do artigo discutir a presença ou não de Amílcar Cabral no ato da fundação do PAIGC, vale elucidar que, a presença dele no evento não é unanimidade entre os autores que debruçam sobre essa questão, por exemplo, Santos e Silva (2014) na obra “Da Guiné portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro”, ambos questionaram seriamente a presença dele no ato da fundação, afirmando que este teria estado em Portugal nessa data.

Após a sua fundação, os primeiros passos do PAI que se tornou PAIGC em 1960; por um lado, para reafirmar a política de unidade da Guiné e Cabo Verde; por outro, para se demarcar do PAI senegalês, de acordo com Silva (2006), foram dados na clandestinidade para não atrair a atenção dos colonos, que reprimiam com brutalidade toda e qualquer ação que visasse emancipação do povo da Guiné e Cabo Verde, tentando sempre trazer mais pessoas para o partido e passados 3 anos, eles agora tiveram um choque com a natureza tirânica do regime português. “Naquele que ficou conhecido como o Massacre de Pindjiguiti”<sup>9</sup>. (SILVA, 2016, p. 58).

<sup>9</sup> **Massacre de Pindjiguiti** foi um triste episódio da história da Guiné-Bissau, perpetuado pelas autoridades colonial. A 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF

#### 4 MARXISMO-SOCIALISMO DO PAIGC

Para que a luta do PAIGC tivesse sucesso que se pretendia, precisava ter uma ideologia (base teórica), pois nenhuma luta ou revolução consegue se sustentar sem ter uma ideologia que a move, Cabral tinha ciência disso. De acordo com Lopes (2017, P. 3) “Cabral dava maior importância à ideologia, afirmando que se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma revolução sem teoria”; por esta razão, ele fez questão de trabalhar o lado teórico-ideológico do partido, tanto quanto o lado estratégico-militar. Seria então o marxismo-socialismo ortodoxo a ideologia do PAIGC?

De acordo com as literaturas que tivemos acesso (expostas nas referências bibliográficas), é insustentável afirmar que o marxismo-socialismo ortodoxo foi de fato a ideologia que moveu o PAIGC, uma vez que este último atuou em um contexto totalmente diferente do lugar onde foi pensado o marxismo-socialismo. No entanto, o que se constata é que, o PAIGC se apropriou e adaptou à sua realidade alguns elementos dessa ideologia, para articular a sua luta contra o imperialismo e se organizar nos primeiros momentos pós-independência. Da mesma forma que é insustentável afirmar que o PAIGC foi marxista-socialista no sentido ortodoxo, é igualmente impossível negar a influência dessa ideologia no PAIGC, basta ver os discursos de Cabral, líder, fundador e ideólogo do mesmo. Numa das suas intervenções internacionais, chegou a explicar a relação do PAIGC com marxismo.

Nós acreditamos que uma luta como a nossa é impossível sem ideologia. (...) Partir das realidades do nosso próprio país para criação de uma ideologia para luta não implica que se pretende ser um Marx ou um Lênine ou qualquer outro grande ideólogo, mas é simplesmente uma parte necessária da luta. Confesso que não conhecíamos suficientemente bem esses teóricos quando começámos. Nós não os conhecíamos nem metade do que os conhecemos agora! Nós tivemos a necessidade de conhece-los, como disse, a fim de julgarmos em que medida podíamos aproveitar a sua experiência para ajudar a nossa situação, mas não necessariamente para aplicar ideologia cegamente, só porque ela é uma ideologia muito boa. Este é o nosso ponto de vista. Mas a ideologia é importante na Guiné. (...) Não queremos que o nosso povo seja mais explorado. O nosso desejo de desenvolver o nosso país com justiça social e com poder nas mãos do povo é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe de pessoas explorar ou dominar o trabalho do nosso povo. Esta é a nossa base. Se se quiser chamar a isso marxismo, chame-se marxismo. (CABRAL, 1972 apud LOPES, 2017, p. 4)

---

(Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguiti-bissau/63784/>. Acesso em: 27/11/2019

O PAIGC assim como vários outros movimentos de luta pela independência dos países africanos, foi sim um partido de inspiração marxista-socialista, até porque o contexto da “Guerra Fria” contribuiu para que esses movimentos assumissem essa posição, visto que, encontraram mais apoios de países com esse viés ideológico do que dos países capitalistas. Por outro lado, as premissas dessa ideologia eram mais confluentes com as aspirações desses movimentos. O que Cabral explicou nessa colocação, é o fato de que o marxismo pensado por Karl Marx e Friedrich Engels e, posteriormente por Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido pelo pseudônimo Lenin, não pode/deve ser transplantado para contexto guineense, antes precisa ser adaptado a ele.

Esse pensamento não pode ser transplantado na Guiné-Bissau por ser pensado em um contexto diferente, onde o racismo não permeava as relações sociais, a relação de dominação que se dava entre as pessoas não era em função da “raça”, ou seja, a desigualdade na sociedade de Marx e Engels e Lenin não se dava como consequência do racismo, sim da relação de modo de produção: burguesia e proletariado. Enquanto que no contexto guineense o que se verificava era uma relação racial, onde o europeu branco suposto civilizador dominava e explorava o indígena “incivilizado”. Por esta razão seria sem efeito sua transplantação.

#### 4.1 A SOCIEDADE GUINEENSE E O MARXISMO-SOCIALISMO DO PAIGC

Vale elucidar sob outra perspectiva que, a simpatia desses movimentos, incluindo PAIGC com esse viés ideológico pode ter sido condicionada por outros fatores, como a sua proximidade com as realidades tradicionais africanas, considerando que as sociedades tradicionais africanas são eminentemente comunitárias, isto é, a coletividade vem em primeiro lugar, uma lógica que o marxismo-socialismo segue. Por exemplo no meu grupo social/povo que é manjaco o indivíduo é menor que o coletivo e vem depois deste, isso implica que antes de pensar no indivíduo tem que pensar primeiro no coletivo. Me lembro de episódio em que um dos meus irmãos queria se envolver com a música e aquilo gerou um desconforto muito grande na família, porque não era coisa da nossa coletividade, e ele foi obrigado a desistir desse desejo.

o relativo isolamento, o atraso tecnológico e uma tradição não codificada (oral) das populações africanas teriam formado uma vida social voltada para o coletivismo, a gerontocracia e a solidariedade. Historicamente, estas seriam, portanto, as marcas essenciais da “personalidade africana”, que possuiria tanto tendências positivas (anti-individualismo, fraternidade), quanto negativas (tendencialmente autoritárias). (SAPEDA, BARBOSA & BOTELHO, 2016, p. 133)

Ao analisar o marxismo do PAIGC verifica-se que vários elementos ou conceitos de Marx (do marxismo clássico) se fizeram presentes na análise do contexto colonial, e serviram de instrumentos analíticos para melhor compreensão da situação em que o imperialismo (como Cabral gostava de chamar) português havia colocado a população guineense. Ou seja, Cabral se utilizou de alguns conceitos marxistas como a luta de classes, materialismo histórico, burguesia, etc. Ora utilizando-os fielmente como foi utilizado por Marx, ora de modo totalmente adaptado.

Por exemplo, o conceito de burguesia. Em Karl Marx essa camada da sociedade jamais faria parte da luta, sim o proletariado, já no pensamento de Cabral, para o contexto guineense era a pequena burguesia (uma vez que não existia uma burguesia nativa) que tinha maior responsabilidade com luta, por ser a única camada endógena da sociedade que dominava o aparato burocrático estatal que o país herdaria do colonizador.

Por outro lado, para cientista político guineense Mendy (1993) Amílcar Cabral utilizou o método marxista de materialismo histórico (o autor não especificou em que momento, nem como). Já para Andrade (1974) citado por Neves (2017,) o Cabral conseguiu utilizar-se do recenseamento agrícola que realizou enquanto engenheiro de granja de Bissau a serviço da autoridade colonial, para conhecer a realidade social do povo que pretendia libertar, graças ao materialismo histórico e por causa da sua filiação marxista. Para ele o materialismo histórico é mais um método do que uma ideologia.

Materialismo histórico é um método de Marx segundo o qual, para entender a realidade social de um povo é indispensável entender previamente o seu modo de produção de riqueza, pois, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” Marx (1992) citado por Sell (2010, p. 50). Para Marx, “o estudo da sociedade tem seu fundamento na economia (vida material do Homem) que é elemento que condiciona todo o desenvolvimento da vida social” (idem).

Ao mesmo tempo que utiliza um dos conceitos basilares do marxismo clássico, Cabral nega a sustentabilidade de uma das suas principais teses, que é a ideia de que a luta de classe seria o motor da história, ainda que utilizou o conceito de luta de classe para ajudar na formação da consciência coletiva da parte dos guineenses para enfrentar o opressor que tinham em comum, ainda que tinham (nativos) condições distintas dentro do sistema opressor português. Colocou essa tese em confronto com algumas realidades e se viu insustentável. Isto se deve ao fato de as sociedades africanas serem fortemente agrárias na época.

[...] Será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno classe e, conseqüentemente, a luta de classe? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos grupos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômades e sedentária à criação de gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também - o que nos recusamos a aceitar - considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Guanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muitas ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história (CABRAL, 1972 apud LOPES, 2017, p. 27).

Durante a luta, o marxismo serviu para o PAIGC de instrumento teórico onde se inspirar para criar a base teórica-ideológica da sua luta, que se trata, na visão de Cabral de “*desenvolver o país com justiça social e com poder nas mãos do povo*”. Por outro lado, Visentini (2013) argumenta que a adesão ao marxismo, por parte de muitas colônias portuguesas na África, se deu mais no campo da retórica, para legitimação ou construção de uma forma de governo, sem de fato, promover uma mudança radical na sociedade, dado as dificuldades estruturais.

O PAIGC teve cuidado na sua aproximação com marxismo-socialismo para não incorrer no erro de copia-los e tentar aplica-los no território guineense, por isso, não é razoável afirmar taxativamente que o PAIGC foi um movimento/partido marxista-socialista, ou que Cabral copiou os pensamentos de Marx, isso não corresponde à verdade, o que é sensato afirmar é que, o PAIGC foi um movimento/partido de inspiração marxista-socialista que utilizou muito os conceitos marxistas para se estruturar no tempo e no espaço.

Com a independência conquistada em 24 de setembro de 1973, e reconhecida pelo Portugal em 1974, e conseqüente formação do primeiro governo liderado por Luís Cabral, meio irmão do Amílcar Cabral, assassinado em 20 de janeiro de 1973, pelos combatentes do próprio partido, a mando dos colonizadores. o PAIGC adotou o regime socialista, e partido único como forma de governar o país. Estado era altamente intervencionista, controlava o mercado, nacionalizava as instituições deixadas pelos colonizadores e até mesmo as terras. Como já explicitamos anteriormente, a escolha do modelo socialista de governação pode ter mais relação com a sua proximidade com as tradições africanas do que com o fato de os países que apoiaram o partido durante a luta serem socialistas.

Mendy (1993) endossa a tese de que o PAIGC foi sim socialista, segundo ele, ainda que o termo socialismo nunca tenha aparecido nos documentos oficiais do partido, dois elementos provam a sua ideologia socialista, são eles: Centralismo democrático (entende-se por partido único) e democracia revolucionária.

No concernente ao modelo de partido único, dentre vários possíveis fatores que possam explicar a sua escolha por parte do PAIGC, se destaca o de que, durante a luta, o partido criou a lógica de nós contra eles, ou seja, só existia duas classes, uma opressora que era a dos colonizadores, e outra oprimida que era a dos nativos que o PAIGC representava. Deste modo seria o PAIGC o único e fiel representante do povo no período pós-independência, além de ser reconhecido por várias organizações internacionais como o único representante do povo. Outro fator que justificava a tese do partido único, era “o consenso intra-elite de que o unipartidarismo era a melhor opção para o país. Era o meio mais eficaz para formar uma nação unida e íntegra”. (JAURÁ 2006, p. 120). Falando sobre o princípio da democracia revolucionária <sup>10</sup>do PAIGC, Coutinho (2017) afirma que:

Ainda durante o período da luta armada, várias instituições foram criadas de forma a aplicar este princípio, tal como os comités de tabanka<sup>11</sup>, órgãos políticos de base do PAIGC. Os seus cinco membros eram eleitos numa assembleia-geral dos aldeãos e dois de entre eles deviam ser obrigatoriamente mulheres. [...] Da mesma forma, os tribunais populares tinham três membros eleitos pela população e o professor de cada aldeia era o respetivo secretário. (COUTINHO, 2017, p. 163)

A colocação do autor mostra que as autoridades tradicionais tinham espaço dentro dos planos do partido, este contava com todas as forças para construção de uma nova sociedade, mais justa e sem exploração do Homem pelo Homem como almejava Cabral, isso mostra que, o partido considerava que todas as forças da sociedade ou pessoas eram partes integrantes do importante processo da construção de uma nova sociedade. Por isso, ninguém e nenhuma camada da sociedade deveria ser excluído do processo da construção da nação guineense.

Barros (2014) traz um olhar mais holístico sobre a relação do PAIGC com a sociedade civil, estendendo sua análise desde o período da luta até a conquista da independência. Segundo ele, o PAIGC embutido do espírito de criação do “homem novo”, entre outras, encorajou “a presença de organizações a todos os níveis do espaço social e em volta de grupos específicos, nomeadamente os trabalhadores, as mulheres, os jovens e as crianças.” (BARROS, 2006, p.35) Entretanto, ele exorta que, ao mesmo tempo que o PAIGC promovia a presença de “todas” as organizações desencorajava, silenciava e até combatia as organizações concorrentes, como é o caso de Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura (SNECIA).

De acordo com Jaurá (2006) o primeiro governo enfrentou sérios problemas desde as disputas entre os lusoafrianos e etnorurais até os problemas entre guineenses e cabo-verdianos.

---

<sup>10</sup> Democracia revolucionária o que significava que todas as camadas sociais deviam ser mobilizadas de forma a participarem ativamente no novo projeto de sociedade. (COUTINHO, 2017, p.161)

<sup>11</sup> Expressão em língua crioula que significa aldeia.

Foi marcado igualmente por lutas internas entre guineenses e cabo-verdianos, os guineenses acusavam o presidente de favorecer os cabo-verdianos, os etnorurais por sua vez acusava o partido de privilegiar os lusoafrianos.

Outra grande marca desse governo segundo o mesmo autor (2006) foi a falta de autoridade do presidente da república, uma vez que o partido era maior que o Estado, ele planejava as ações, o governo só tinha que executar. Razão pela qual o mesmo passou por várias remodelações, a primeira se deu em 1977, a segunda em 1978 devido a morte de Francisco Mendes primeiro-ministro na época, o Nino Vieira passa assumir o seu cargo, deixando o Ministério das Forças Armadas (os ministérios eram chamados de comissários).

A rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos que colocava cada vez mais em perigo a unidade dos dois países se tornou fatal a partir da última revisão constitucional de 1979, a nova constituição seria aplicado nos dois países. No entanto, fazia diferença entre os dois países; aboliu a pena de morte em Cabo Verde e não na Guiné, especificou que só cabo-verdianos poderiam ser presidentes em Cabo-Verde e não especificou na Guiné e por cima propunha eliminação do cargo de primeiro ministro. Os guineenses entenderam que o Luís Cabral estava tramando contra eles, principalmente Nino Vieira. Razão pela qual,

O denominado “Movimento Reajustador” de 1980 - constituído por um grupo de elementos bissau-guineenses do PAIGC que, liderados pelo general Nino Vieira, depôs Luís Cabral, primeiro presidente da Guiné-Bissau - foi fatídico para a ruptura de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, pondo em causa o legado de Amílcar Cabral de unificação dos dois países. (MONTEIRO, 2013, p. 225)

Este golpe chamado de “Movimento Reajustador” pôs fim, de fato, ao projeto iniciado em 1956, com a fundação do PAIGC por Amílcar Lopes Cabral. A partir desta data os dois países abandonaram o ambicioso projeto cabralista de unidade dos dois países. Sendo assim, em 1981, os dissidentes cabo-verdianos do PAIGC fundaram o Partido Africano da independência de Cabo Verde (PAICV), os dois países passaram a seguir caminhos diferentes, cada um com sua agenda política.

Todavia o viés socialista do PAIGC continuou nos primeiros anos, o Estado continua a controlar o mercado e a ser o maior provedor, como fala Teixeira (2015), o PAIGC continua sendo partido Estado. Até que na década de 1990, quando os dois governos “foram obrigados a reorientarem os seus sistemas de governação, a partir dos programas de ajustes, delineados no Consenso de Washington, e das imposições do FMI e do BM para soluções de problemas sociais, políticos e econômicos.” Teixeira (2015, p. 121) Daí o viés socialista do PAIGC entra em colapso, o partido foi condicionado a liberar o mercado (conhecido na Guiné como comercio

livre), a deixar de ser partido-Estado, isto é, admitir a existência de outras forças políticas e finalmente a aceitar o multipartidarismo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa breve abordagem, tentou-se compreender a relação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com o marxismo-socialismo, isto é, procurou-se entender de maneira mais ampla como foi que o PAIGC utilizou o marxismo-socialismo dentro da sua estratégia de luta para libertação.

No primeiro momento, quando se falou da socialização dos líderes africanos (com recorte nos Países Africano da Língua Oficial Portuguesa e, com foco no Cabral) nos anos 50 e 60, entende-se que o contato do Amílcar Lopes Cabral, o fundador e ideólogo do PAIGC, com o marxismo-socialismo foi eminentemente uma questão conjuntural. Quer dizer que, as circunstâncias da época colocaram os dois em contato, sua passagem pela Casa dos Estudantes do Império (CEI) seu ativismo contra o regime Salazarista em Portugal, as influências do Pan-africanismo e negritude são alguns dos condicionantes.

Ficou evidente também na pesquisa o papel da diáspora na formação intelectual e revolucionária do Cabral, assim como os impactos de acontecimentos internacionais no processo da luta do PAIGC pela independência dos dois países, por exemplo o fim da “II Guerra Mundial”, a “Guerra Fria” e a criação da Organização das Nações Unidas são alguns desses acontecimentos que foram muito importantes para criação do PAIGC.

Por fim a pesquisa entendeu, diferentemente de alguns pesquisadores que, o PAIGC não foi um partido marxista, foi sim de inspiração marxista, porque o próprio Cabral admitiu ter precisado conhecer os teóricos do marxismo, no entanto, não seguiu tal ideologia como lhe foi apresentado, adaptou-a ao contexto guineense, inclusive negou algumas das suas teses basilares. Também a pesquisa identificou que a morte do ambicioso projeto de Cabral de unir os dois países se deu por uma causa que sempre esteve no seio do partido, a rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos.

## **REFERÊNCIAS**

AFRONTAMENTO (ed.). Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial. Fundação Mário Soares. Arquivo/1. Porto. 1974.

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. AFRICANA STUDIA. Nº 8. Edição da Faculdade de Porto, Porto. 2005, p. 109-135.

ANDRADE, Mário Pinto de. Origens do nacionalismo africano – continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BARROS, Miguel de. A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas. 1ª Edição. Outubro de 2014.  
 BOTELHO, Machado, Guilherme; BARBOSA, Santana, Muriatan & SAPEDDE, Clemência, Thiago. A perspectiva africana de Joseph Ki-Zerbo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). O pensamento africano no século XX. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CABRAL, Amílcar: a arma da teoria. In: COMITINI, Carlos (Org.). Amílcar Cabral. Rio de Janeiro: CODECRI. 1980.

CARVALHO, Ossagô, Ricardo de. Política externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDAO” (1973-2014). Tese (Doutorado em ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. (COUNTER-) MEMORIES OF COLONIALISM: REMEMBRANCE, RESISTANCE AND TRANSFERENCE IN ANTI-COLONIAL AFRICAN NARRATIVES. 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/6931828/A\\_Casa\\_dos\\_Estudantes\\_do\\_Imp%C3%A9rio\\_lugar\\_de\\_mem%C3%B3ria\\_anticolonial](https://www.academia.edu/6931828/A_Casa_dos_Estudantes_do_Imp%C3%A9rio_lugar_de_mem%C3%B3ria_anticolonial). Acesso em: 17/10/2019.

CORREIA, Pizarat, Júlio, Pedro de. Da descolonização: Do protonacionalismo ao pós-colonialismo. Tese (doutorado em Relações Internacionais-Políticas Internacionais e Resolução de Conflitos), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

COUTINHO, Benoliel, Ângelo. Os dirigentes do PAIGC: (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), da fundação à ruptura 1956-1980. Coimbra. 2017.

FERREIRA, Pedro. Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime. CEDIS – FD-UNL. 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/5017083/Casa\\_dos\\_Estudantes\\_do\\_Imp%C3%A9rio\\_pelo\\_regime\\_e\\_contra\\_o\\_regime](https://www.academia.edu/5017083/Casa_dos_Estudantes_do_Imp%C3%A9rio_pelo_regime_e_contra_o_regime). Acesso em: 16/10/2019.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HARRIS, E. Joseph & ZEGBIDOUR, Slaimane. (org.) História Geral da África: Vol. VIII. A África e a diáspora negra., África Desde 1935. Brasília: UNESCO 2010.

JAUARÁ, Manuel. Os lusoafRICANOS e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau, IX Congresso Luso- Afro- Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”. Luanda , Angola, 28 a 30 /11/2006

MACEDO, José, Rivair. (org.) O PENSAMENTO AFRICANO NO SÉCULO XX. 1ed. São Paulo, 2016.

MENDY, Karibe, Peter. A herança colonial e o desafio da integração. **Soronda: Revista de Estudantes Guineenses. Bissau. INEP. 1993.**

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné-Bissau: Da luta armada a Construção do estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica 1959-1994. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013

NEVES, José. Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral. História, Ciências– Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.333-347.

NÓBREGA, Álvaro. — Guiné-Bissau: Um caso de democratização difícil (1998-2008). Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade do Lisboa, Lisboa. 2015.

PEREIRA, Lopes, Carlos. Amílcar Cabral, um revolucionário do século XXI. Odiario Info. 2017.

SANTOS, Mário, Beja & SILVA, Francisco Henriques, da. Da Guiné portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro. Porto, 2014.

SCHERER. Mathias Inácio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). O pensamento africano no século XX. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

SELL, Carlos, Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2010.

SILVA, Duarte, E. António. Guiné-Bissau: A causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Cadernos de Estudos Africanos. 2006.

SILVA, Rodrigues, Marvin, Silva e. A Descolonização da Guiné e Cabo Verde no Cenário da Guerra Fria. Dissertação (Mestrado em ciência política e relações internacionais), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2016.

TEIXEIRA, Ricardino, Jacinto, Dumas. Transição democrática e modelos de democracia. Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 11, n. 21, p. 199-223, 2015.

VISENTINI, Fagundes, G. Paulo. Revoluções e regimes marxistas: Rupturas, experiencias e impactos internacional. 1ª. Ed. Leitura XXI/NERINT-UFRGS. 2013.